

Agricultores atingidos pela seca receberão auxílio maior

Plenário aprovou projeto que aumenta de R\$ 560 para R\$ 1.240 benefício de família com perda maior que 50% nas safras de estiagem em área de atuação da Sudene

Além de mais que duplicar o valor do adicional do benefício Garantia-Safra, proposta que agora segue para sanção reajusta de R\$ 320 para R\$ 720 o Auxílio Emergencial Financeiro. Cerca de 770 mil famílias recebem o benefício, e 935 mil são atendidas pelo auxílio.

O texto ainda autoriza a Conab a adquirir milho a preço de mercado para recompor estoques públicos.

A seca também afetou o setor leiteiro, que pode ganhar um programa para dobrar a produção em cinco anos. A ideia foi debatida ontem em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **3**



Durante discussão da MP, relatada por Jayme Campos (E), Aloysio Nunes (2º à dir) criticou excesso de medidas provisórias

Waldemir Barreto/Agência Senado

Patriota vê com otimismo vigor do Mercosul **8**

Avança projeto que reduz sigilo em inquérito de acidente aéreo **5**

Empresários querem prorrogar incentivo e ampliar desoneração **4**

Especialistas defendem fim dos terrenos de marinha **5**

Renan designa juristas para rever Lei de Execução Penal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, instalou ontem comissão especial de juristas para propor a atualização da Lei de

Execução Penal, de 1984. O objetivo é desafogar o sistema prisional. O colegiado terá 60 dias para apresentar um anteprojeto de lei. **2**



Renan Calheiros conversa com Sidnei Beneti, presidente da comissão de juristas

Jane de Araújo/Agência Senado



Estudantes do Distrito Federal participam de audiência na Comissão de Direitos Humanos sobre campanha do Unicef

Jovens contam o que esperam do país

As prioridades do país, segundo os jovens, devem ser educação de qualidade, governo honesto e saúde. Foi o que revelou a enquete da Campanha do Milênio, do Unicef, tema de debate ontem

na Comissão de Direitos Humanos. Em Plenário, os senadores aprovaram regime de urgência para a tramitação da proposta do Estatuto da Juventude, que será votado na próxima quarta-feira. **7**

Senado: transparência, economia e mais eficiência

Fim do atendimento ambulatorial do Serviço Médico (SAMS)

Economia de R\$ 6 milhões

em 2013-2014



Na cerimônia de instalação, Renan ressaltou necessidade de iniciativas que priorizem a adoção de penas alternativas

Juristas vão propor revisão da Lei de Execução Penal

Instalada ontem pelo Senado, comissão especial terá 60 dias para apresentar anteprojeto de lei com objetivo de atualizar texto e desafogar prisões

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, instalou ontem a comissão especial de juristas que irá propor a atualização da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984). O objetivo é aprimorar o texto e ajudar a desafogar o sistema prisional brasileiro. O colegiado terá 60 dias para apresentar um anteprojeto de lei.

Presidida pelo ministro Sidnei Beneti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a comissão é integrada também pelos juristas Carlos Pessoa de Aquino, Denis de Oliveira Praça, Edemundo Dias de Oliveira Filho, Gamil Foppel, Maria Tereza Uille Gomes e Marcellus Ugietto.

Comissão da LEP	
PRESIDENTE	■ Sidnei Beneti (ministro do STJ)
INTEGRANTES	■ Carlos Pessoa de Aquino
	■ Denis de Oliveira Praça
	■ Edemundo Dias de Oliveira Filho
	■ Gamil Foppel
	■ Maria Tereza Uille Gomes
	■ Marcellus Ugietto

Maria Tereza Uille Gomes e Marcellus Ugietto.

Segundo Beneti, a comissão especial poderá receber sugestões dos cidadãos e realizar audiências públicas com especialistas.

Na cerimônia, Renan disse que os presídios brasileiros estão superlotados, problema que passa por uma Lei de Execução Penal (LEP) que privilegia a adoção de penas alternativas e meios efetivos de ressocialização do preso.

— O Brasil tem uma das

maiores massas carcerárias do mundo. São 500 mil presos e 500 mil mandados de prisão que não são cumpridos.

O presidente ressaltou que a atualização da LEP deve estar coordenada com iniciativas que estimulem a educação do preso e inibam a reincidência no crime. Ele disse que é inadmissível o índice de ex-detentos que retornam ao sistema prisional — de cada dez pessoas, sete retornam aos presídios.

Outro problema é o elevado custo do sistema carcerário, afirmou Renan.

— É preciso tornar o sistema mais eficaz, reduzir custos com presídios e custos sociais — disse, lembrando que o Brasil gasta hoje cerca de R\$ 40 mil por ano com cada presidiário, três vezes mais do que investe por estudante universitário.

Burocratização é desafio a ser enfrentado

O ministro Sidnei Beneti apontou a excessiva burocratização criada pela Lei de Execução Penal como um dos principais desafios a serem enfrentados pelos juristas. Segundo ele, também é preciso definir penas alternativas de fácil execução.

— É preciso dinamizar o sistema de aplicação da Lei de Execução dentro dos tribunais. Ela cria uma enorme quantidade de atos praticados

pelos juízes, pelas partes, pelos defensores e isso se repete em grande quantidade, provocando uma verdadeira multidão de processos. Há varas de execução com mais de 100 mil processos, de maneira que gera outros problemas, como a impessoalidade do tratamento do caso — disse.

Para Beneti, a adequada aplicação da LEP pode ajudar a acabar com uma sensação de impunidade existente na

sociedade. Segundo o jurista, é preciso garantir a segurança da população ao mesmo tempo em que são respeitados os direitos dos presos.

— O objetivo é preservar o ser humano que está preso ou sentenciado, que é alguém que passa a ter sua vida nas mãos do Estado, e preservar o ser humano que tem direito de viver em uma sociedade sem tamanha quantidade de pessoas perigosas soltas — observou.

Comissão quer garantir cumprimento efetivo da lei

O descumprimento dos direitos do preso é preocupação comum aos juristas que integram a comissão da Lei de Execução Penal. Sidnei Beneti, por exemplo, mencionou como problemas a superlotação das prisões e a dificuldade de recuperação de detentos nessas condições.

Já o defensor público Denis de Oliveira Praça apontou o descumprimento do direito ao trabalho, que impede a muitos

presos o acesso ao benefício de redução da pena, de um dia a cada três dias trabalhado.

— Outro aspecto grave é a questão do desvio de execução. Existem centenas de presos condenados a regime semiaberto ou aberto, que se encontram em regime fechado por falta de vaga nos estabelecimentos adequados — disse.

O promotor de Justiça Marcellus Ugietto aponta como agravante da reduzida oferta

de emprego a presidiários as dificuldades de adequação às leis trabalhistas, confirmadas, segundo ele, em inúmeras ações na Justiça do Trabalho contra o Estado. Já o advogado Gamil Foppel manifestou preocupação com a falta de fiscalização do egresso e a insuficiente assistência àqueles que cumpriram suas penas e buscam a reinserção na sociedade.

A próxima reunião do grupo foi marcada para 29 de abril.

Urgência para devolução de mandato a Prestes

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de urgência para votação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 4/2012, que devolve simbolicamente o mandato de senador a Luís Carlos Prestes. A proposta foi aprovada em março pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e deve ser votada em Plenário na próxima semana.

Eleito em 1945 pelo Partido Comunista do Brasil, com a maior votação proporcional da história brasileira até então, Prestes participou da Constituição de 1946. Mas, dois anos depois, perdeu a vaga quando a Mesa do Senado extinguiu os mandatos dos parlamentares eleitos por legendas que tiveram o registro cassado, caso do seu partido.

Autor do projeto, Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que Prestes, falecido em 1990, foi uma das personalidades mais marcantes da história brasileira, “até hoje reverenciado por suas atividades políticas e militares, caracterizadas pelo nacionalismo e pela defesa das camadas sociais oprimidas”.

Além do mandato de Prestes, o texto devolve também o mandato do suplente dele à época, Abel Chermont

Figueiró reclama de campanha eleitoral antecipada

Ruben Figueiró (PSDB-MS) manifestou “grande preocupação” com a abertura antecipada da campanha eleitoral de 2014. Ele observou a “desenvoltura do assédio” do governo em encontro com prefeitos de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande. Assinalou que o evento teve a presença de quatro ministros: Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais; Tereza Campello, do Desenvolvimento Social; Aguinaldo Ribeiro, das Cidades; e Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário.

Ele disse que a antecipação da campanha faz a lógica dos “interesses meramente eleitorais” prevalecer sobre as prioridades nacionais.

— A experiência diz que manter um foco eleitoral em torno de decisões de medidas econômicas termina em perdas sociais desastrosas para a população, em médio e longo prazo — afirmou.

O senador destacou o crescimento do PSDB no número de prefeitos e vereadores em Mato Grosso do Sul. Para ele, isso demonstra uma mudança “no jeito de a população enxergar a política no estado”. Figueiró afirmou que, nas últimas eleições, lideranças “antes imbatíveis” e com índice elevado de popularidade foram derrotadas.



Senador destaca o aumento de prefeitos e vereadores tucanos em MS

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados ontem no Plenário depois das 18h serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão para discursos

9h A sessão plenária de hoje é não deliberativa. Sem a votação de projetos, é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Lídice da Mata relata problema da falta de milho no Nordeste



Lídice da Mata (PSB-BA) relatou na quarta-feira a situação de desespero enfrentada por agricultores da Região Nordeste

com a falta de milho para alimentar os rebanhos.

— Quem não é do Nordeste não sabe da importância dessa questão. Nós estamos hoje perdendo nosso rebanho todo, dizimado pela falta de comida e de água — disse.

Segundo Lídice, o problema é agravado pelas dificuldades de transporte. Como tem sido difícil levar o produto até o destino por rodovia, discute-se como alternativa o uso da cabotagem a partir de portos do Sul e do Sudeste.

Ana Amélia reprova uso de depósitos judiciais pelo governo gaúcho

Ana Amélia (PP-RS) lamentou que, enquanto a bancada gaúcha no Senado tem procurado se esforçar para garantir recursos na nova distribuição do Fundo de Participação dos Estados, o governo do Rio Grande do Sul tenha sacado R\$ 4,2 bilhões de depósitos efetuados a partir de demandas na Justiça estadual, segundo divulgou a imprensa.

A parlamentar frisou que a falta desse dinheiro inviabilizará o ressarcimento dos direitos reclamados na Justiça pelos demandantes em caso de decisão favorável.

O pior, para a senadora, é que os depósitos judiciais foram sacados para pagar despesas de custeio do estado, como a folha de pessoal e até mesmo o 13º salário.

Benedito de Lira rebate críticas e destaca resultados do Sistema S

Benedito de Lira (PP-AL) defendeu em Plenário na quarta-feira a eficiência do Sistema S, composto por Sesc, Senac, Sest, Senat, Sebrae, Senar, SESCOOP, Sesi e Senai.

O sistema havia recebido críticas quando à transparência, levando-se em conta o fato de receber recursos públicos.

— Foram décadas para construir a imagem sólida, que é sinônimo de eficiência do Sistema S. Tentar denegrir ou esfumar essa imagem é uma tarefa fadada ao fracasso. A arrecadação do sistema pode impressionar, mas impressionam ainda mais os números de profissionais formados — declarou o senador.

Aprovada MP que amplia ajuda a atingidos pela seca

Dinheiro é destinado a agricultores familiares com perda maior que 50% em áreas de atuação da Sudene

SEGUE PARA SANÇÃO o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/2013, aprovado ontem pelo Plenário, que autoriza pagamento de adicional do benefício Garantia-Safra e do Auxílio Emergencial Financeiro pela quebra da safra 2011-2012.

O projeto, proveniente da Medida Provisória 587/2012, aumenta o benefício de R\$ 560 para R\$ 1.240 por família. O auxílio sobe de R\$ 320 para R\$ 720. O dinheiro é destinado aos agricultores familiares de municípios

atingidos pela seca na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) que sofreram perdas acima de 50% nas safras de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão e culturas para alimentação animal.

O relator, Jayme Campos (DEM-MT), ressaltou que são cerca de 770 mil famílias beneficiadas pelo Garantia-Safra e 935 mil famílias atendidas pelo auxílio.

Estoque de milho

O texto autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a adquirir milho em grão a preço de mercado para recompor estoques públicos. O objetivo é

revender a pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos.

Benedito de Lira (PP-AL) afirmou que a proposta atende aos segmentos que mais sofrem hoje, referindo-se aos moradores do semiárido. Ele citou a queda, por causa da seca, na produção de leite em Pernambuco, que passou de 2 milhões de litros para 600 mil litros por dia, e disse que seu estado, Alagoas, antes uma das maiores bacias leiteiras do Nordeste, está reduzido a "quase nada".

— A seca é um fenômeno da natureza, não tem como acabar com ela, mas teremos que ter políticas públicas para conviver com a seca — disse o senador.



Presidente da comissão, Benedito de Lira (3º à dir.) conduz a reunião com representantes da produção leiteira

Produção de leite pode dobrar em 5 anos

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debateu ontem a expectativa de um programa para dobrar a produção leiteira em cinco anos. O Brasil produziu 33 bilhões de litros em 2012, ficando como quarto maior produtor mundial.

O programa é articulado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) com o governo. O representante da CNA, Rodrigo

Sant'Anna Alvim, disse que, dos 5,2 milhões de estabelecimentos rurais do país, 25% produzem leite, mas 80% dos produtores não geram mais do que 50 litros por dia.

O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller, adiantou que o próximo plano de safra deverá ter expressivo aumento de recursos, saindo de R\$ 3,6 bilhões para R\$ 7 bilhões.

Waldemir Moka (PMDB-MS) alertou para o risco do aumento de produção, se não houver mercado para exportar. Os preços cairiam por causa do aumento da oferta, disse. Alvim respondeu que exportar é um desafio, mas a intenção é buscar competitividade. O presidente da CRA, Benedito de Lira (PP-AL), afirmou que a comissão estará à disposição para viabilizar as demandas.

Laticínios veem concentração de poder no varejo

A concentração econômica das grandes redes varejistas está impactando as indústrias de leite. Os supermercados estão achatando as margens dos laticínios sobre o preço, dificultando investimentos. A opinião é de Gustavo Beduschi, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Ele disse que em 2006 as processadoras detinham margem de 20% sobre o preço e o varejo ficava com 19%. Em 2012, a margem do varejo subiu para 33%, enquanto as processadoras viram a fração delas cair para 11%.



Indústria de processamento pode não absorver o aumento, alerta debatedor

Alvim, da CNA, lembrou que hoje há apenas três super-redes varejistas no país: Carrefour, Pão de Açúcar e Walmart. A indústria de processamento, disse, poderá ter problema para absorver aumentos de produção.

O presidente da Associação Brasileira das Pequenas e Médias Cooperativas e

Empresas de Laticínios, José Carnieli, cobrou "mais pragmatismo" e união para a solução de gargalos que derrubam a produtividade e criticou a reclamação por mais preço para o leite.

Também participou da audiência Elizabeth Fernandes, da Embrapa, que apresentou dados sobre a produção.

Armando cobra soluções duradouras para problema da seca

Armando Monteiro (PTB-PE) defendeu ontem medidas de médio e longo prazos para combater os efeitos da seca no Nordeste. Para ele, embora as ações emergenciais sejam importantes neste momento, são necessárias medidas estruturantes que garantam segurança hídrica.

— É preciso investir em soluções que possam contribuir para uma convivência menos traumática com o fenômeno recorrente da seca — afirmou.

Ele defendeu a aceleração das obras de transposição do Rio São Francisco, a construção de barragens e a viabilização do sistema de adutoras.

O senador também ressaltou as condições favoráveis proporcionadas pelas políticas de transferência de renda.

João Durval pede ações de prevenção no combate à seca

João Durval (PDT-BA) fez um alerta ontem em Plenário para a necessidade de implementação de ações preventivas de combate à seca no Nordeste pelo poder público.

Na avaliação dele, o governo federal vem cumprindo adequadamente a responsabilidade no enfrentamento do problema, mas estaria deixando a desejar no que se refere à adoção de medidas definitivas para eliminar os prejuízos causados à população pelo fenômeno climático.

— Qual a razão de não se tomarem medidas preventivas, já que se sabe que o fenômeno é antigo e cíclico? — indagou.

Eunício defende permanência do Dnocs em Fortaleza

Em pronunciamento ontem, Eunício Oliveira (PMDB-CE) se disse contrário à mudança da sede do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) de Fortaleza para Brasília. A mudança está em estudo pelo governo federal. Para o senador, a mudança da sede prejudicaria os estados nordestinos.

O senador defendeu a modernização do departamento, com a realização de concursos públicos para o quadro de servidores e melhorias na estrutura para que possa atender o povo nordestino.

Empresários querem desonerar folha e manter incentivos à exportação

Participantes de debate sobre MP pedem que novos setores sejam contemplados e que Reintegra seja prorrogado por mais cinco anos

A MANUTENÇÃO, POR mais cinco anos, das políticas de incentivos tributários e desoneração da folha de pagamentos de alguns setores da economia voltou a ser defendida, ontem, no terceiro debate sobre a MP 601/2012. A medida provisória trata, entre outras questões, da prorrogação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) e da extensão da desoneração da folha salarial para os setores de construção civil e comércio varejista.

O relator da comissão mista da MP, senador Armando Monteiro (PTB-PE), manifestou apoio à ampliação do prazo desde o primeiro debate sobre a matéria. A vigência do Reintegra acabou em 31 de dezembro



Madalena Guasco, Fabio Mortara, senador Armando Monteiro, deputado Paulo Ferreira, Curt Muller e Paulo Safady Simão

de 2012, mas o governo baixou a medida para estendê-la até 31 de dezembro deste ano.

— O Reintegra deve ser perene enquanto existir resíduo tributário para compensar. E para setores de cadeia produtiva mais longa, a alíquota deveria se situar entre 7% e 8%, e não nos 3% vigentes — afirmou o diretor-executivo de Mercado Externo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Curt Muller.

Para o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, José Augusto de Castro, a permanência do Reintegra seria importante para garantir maior equilíbrio ao setor, que sofre com a retração da exportação de produtos manufaturados, capaz de gerar mais emprego e agregar mais valor às transações externas.

De acordo com a medida, a desoneração do setor de construção civil deverá resultar em

uma renúncia fiscal de quase R\$ 3 bilhões por ano. Para o comércio varejista, a estimativa é de que chegue perto de R\$ 2 bilhões anuais.

Como sugestão ao relator, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady Simão, recomendou que as incorporadoras com obras em andamento, não contempladas na MP, também tenham acesso ao benefício tributário.

Segmentos

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf), Fabio Mortara, também quer que a desoneração da folha não se restrinja ao segmento de embalagens.

— Trata-se de uma indústria diversificada, capilarizada (20 mil empresas pelo Brasil) e com mão de obra intensiva (emprega 222 mil pessoas) — revelou Mortara, lamentando, entretanto, o atual déficit de

US\$ 238 milhões na balança comercial, atribuído especialmente à atuação da indústria gráfica chinesa.

Segundo o presidente-executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, o ex-senador Rodolpho Tourinho, o setor amarga 36,8% de encargos recolhidos junto à folha salarial.

A coordenadora-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (Contee), Madalena Guasco, foi a única a condenar a eventual expansão da política de desoneração para outros setores da economia. No caso, para as instituições privadas de ensino superior, conforme emenda apresentada pelo deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP).

— A emenda é ainda mais absurda quando pretende, sob argumento de dificuldades financeiras, ajudar corporações de capital aberto — avaliou.

Requião: MP dos Portos é contrária aos interesses do país

Roberto Requião (PMDB-PR) disse, em pronunciamento ontem, estar “absolutamente convencido” de que a medida provisória que trata dos portos (MP 595/2012) contraria os interesses do país. Segundo Requião, o modelo proposto na MP “destoa do padrão mundial” e os portos mais importantes nos países mais importantes são públicos e operados pelo setor privado, “exatamente como é o modelo brasileiro atual”.

O parlamentar afirmou que o comércio de granéis no modelo atual pode ser perfeitamente realizado em terminais de uso público, como já é feito por grandes empresas que necessitam verticalizar a cadeia de produção.

Para ele, os parlamentares devem se debruçar na questão do comércio de contêineres. O ex-governador afirmou que o comércio é controlado pelos grandes armadores internacionais: dez empresas dominam 70% da navegação de longo curso.

Senador defende blog que estaria ameaçado por ações judiciais

Roberto Requião (PMDB-PR) fez um apelo pela manutenção do blog de Luiz Carlos Azenha. O jornalista havia anunciado o fim do *Vi o Mundo* depois de condenado, em primeira instância, a pagar R\$ 30 mil em ação movida pelo diretor da Central Globo de Jornalismo, Ali Kamel, por suposta “campanha difamatória”. De acordo com Requião, Azenha “tem um grave e, pelo jeito, insuperável defeito: não é petista, não é tucano, não é peemedebista, não é governista”.

— Azenha é visceralmente obcecado, fiel ao mandamento máximo dos repórteres, que é buscar, antes de tudo, acima de tudo, a verdade factual — afirmou.

Requião prestou solidariedade também aos jornalistas Tarso Cabral Violin, Rodrigo Viana, Paulo Henrique Amorim, Mino Carta e à revista *Caros Amigos*, “enfim, a todos os que fazem um jornalismo independente, em defesa dos interesses públicos, dos trabalhadores e da nação”.

CNI APRESENTA AGENDA DA INDÚSTRIA A RENAN

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, convidou o presidente do Senado, Renan Calheiros, para participar do lançamento da 17ª edição da *Agenda Legislativa da Indústria*, no dia 23 de abril, na sede da entidade. A agenda é um instrumento para o diálogo sistemático da indústria com o Congresso Nacional, o governo federal e a sociedade civil.

Durante o encontro, os dois conversaram sobre a economia e o desenvolvimento do país. Segundo Andrade, é necessário buscar medidas na direção da simplificação tributária e da superação de problemas como a chamada guerra fiscal entre os estados.

Wellington cobra a aprovação de proposta de Pinheiro para o FPE



Para Wellington Dias (PT-PI), o Senado tem “obrigação” de aprovar o substitutivo de Walter Pinheiro (PT-BA) com as novas

regras de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE), a ser votado na próxima terça. Ele ressaltou o amplo entendimento mantido com governadores, secretários de Fazenda e técnicos do governo.

— Walter Pinheiro conseguiu um milagre ao garantir as condições para aprovação da proposta, que, de 2013 a 2015, mantém as regras atuais de distribuição, o que permitirá o cumprimento do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em relação à distribuição do fundo — disse.

Para Suplicy, novas regras de partilha de fundo são complexas



O substitutivo de Walter Pinheiro aos projetos que estabelecem os novos critérios de distribuição do FPE cria regras mais complexas sem alterar as normas já estabelecidas, considerou Eduardo Suplicy (PT-SP).

Ele parabenizou Pinheiro pelo esforço para chegar ao consenso, mas apontou dúvidas surgidas após análise. Suplicy observou que a redação proposta para o artigo 2º da Lei Complementar 62/1989 mantém os mesmos coeficientes em vigor até 2015. O senador disse ter dúvidas com relação à constitucionalidade desse dispositivo, pois o texto faz referência ao anexo único da norma, já considerado nulo em decisão do STF.

Vanessa destaca desempenho positivo da Zona Franca



Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) disse ontem que o desempenho positivo do polo industrial da Zona Franca

de Manaus no início de 2013 reforça o sucesso do modelo produtivo adotado para a região. Segundo balanço divulgado pela Superintendência da Zona Franca, foi registrado em fevereiro faturamento de R\$ 5,69 bilhões pelas empresas instaladas na região, representando um crescimento de 12,8% em relação a 2012.

Para Vanessa, mais importante que o desempenho econômico é o crescimento do número de postos de trabalho em Manaus. No acumulado do ano, ocorreram 8.137 admissões contra 7.372 demissões.

Aloysio Nunes reprova criação de estatal para cuidar de hidrovias



A criação de uma nova estatal pelo governo da presidente Dilma Rousseff, a Hidrobras, destinada a cuidar dos portos flu-

viais, hidrovias e represas do país, foi duramente criticada ontem em Plenário por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O senador afirmou que esta será outra empresa pública criada no governo do PT mais para acomodar aliados políticos do que para apresentar resultados práticos à população.

Também ontem, durante o exame da MP 587/2012, Aloysio fez duras críticas ao excesso de medidas provisórias, que, em sua opinião, tem inviabilizado o Senado como órgão legislativo, impedindo que temas sejam discutidos a fundo.

Investigação de acidentes aéreos pode ter menos sigilo

Gravações da cabine e do controle de tráfego aéreo poderão ser usadas na Justiça, segundo projeto que segue para Comissão de Relações Exteriores

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que reduz o sigilo de investigações da Aeronáutica sobre acidentes aéreos (PLC 102/2012). O texto tem modificações importantes em relação à proposta aprovada pela Câmara no ano passado. O próximo passo na tramitação será o exame pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). Em seguida, a proposta segue para votação em Plenário.

A redação dos deputados proibia que gravações de conversas na cabine de pilotagem e no controle de tráfego aéreo fossem utilizadas em inquéritos ou processos judiciais. Elas poderiam ser usadas apenas nas investigações da Aeronáutica, que priorizam a prevenção. O relator na CCJ, José Pimentel (PT-CE), retirou a proibição e excluiu a garantia de sigilo para as informações prestadas "em proveito de investigação" do Sistema de Investigação e Prevenção



Acidente da TAM em 2007, com 199 mortes, motivou CPI que elaborou o projeto de sigilo menor

de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer) e de outras atividades relativas a ele. O sistema está sob responsabilidade da Aeronáutica.

Acesso à informação

Pimentel alegou que "é preferível permitir à sociedade o acesso às informações para que haja cada vez mais conscientização e, com isso, sejam aperfeiçoados os mecanismos de prevenção de acidentes". Ele ressaltou que isso ganha ainda mais importância pelo fato de que a aviação civil vem se expandindo no Brasil. Também observou que as modificações foram necessárias para adequar o projeto à Lei



de Acesso à Informação.

Enquanto o texto da Câmara criava uma lei para instituir as novas regras, a redação de Pimentel insere as novas regras em uma lei já existente: o Código Brasileiro de Aeronáutica.

A origem do projeto foi uma proposta elaborada pela CPI da Crise Aérea. Criada na Câmara, a CPI investigou dois acidentes aéreos: o da Gol, em 2006, no qual morreram 154 pessoas, e o da TAM, em 2007, com 199 mortes.

Lei nacional para prevenção a incêndios

Em debate da Comissão Temporária de Prevenção e Combate a Incêndios no Brasil, ontem, os convidados apontaram a necessidade de um marco regulatório nacional para prevenção e combate a incêndios, já que as causas dos acidentes são as mesmas. O secretário nacional de

Defesa Civil, Humberto Viana, defendeu a integração entre os governos estaduais, municipais e federal para ações de prevenção a incêndios.

— Como os corpos de bombeiros legislam em seus estados sobre o código de segurança contra incêndio e pânico e a prefeitura responde

pelos alvarás, é necessária uma diretriz para que a integração seja supervisionada.

A comissão foi criada após o incêndio que matou 241 pessoas em boate de Santa Maria (RS), em janeiro. Também participaram representantes do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), do Corpo de Bombeiros de Porto Alegre, além da engenheira Dayse Duarte.

Ana Amélia (2ª à dir.) coordena a audiência pública na comissão temporária



Rolleberg critica possível investigação sobre sindicato

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) se declarou "gravemente preocupado" com a possível investigação, pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), de reuniões do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, com sindicatos no Porto de Suape (PE). A Abin negou a informação. Ele condenou qualquer mudança nos portos que signifique "afrenta aos trabalhadores" e acrescentou que "questões sociais devem ser tratadas por meio do diálogo".

Flexa Ribeiro festeja os 100 anos do município de Marabá

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comemorou o centenário de Marabá (PA), localizada em local estratégico, segundo ele, por ser atendida pelos transportes aeroviário, rodoviário e ferroviário. No futuro, lembrou, terá também o aquaviário, após a obra de derrocamento do Pedral de Lourenço, uma entre várias previstas para Marabá.

— Não basta desenvolver. É preciso fazer com que a qualidade de vida melhore — disse.

Comissão discute extinção dos terrenos de marinha

O terreno de marinha é um instituto que só existe no Brasil e gera aos cofres públicos R\$ 200 milhões anuais, cobrados de mais de 400 mil pessoas físicas e jurídicas que ocupam áreas litorâneas. Existente desde 1946, o instrumento seria anacrônico e injusto atualmente, o que demandaria a imediata extinção. Esses foram alguns dos argumentos apresentados ontem em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A audiência foi requerida por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator das propostas de emenda à Constituição que tratam do tema e tramitam em conjunto (PECs 53/2007 e 56/2009). O senador informou que está prestes a

José Carlos Machado, contou que a prefeitura recorreu à Justiça contra o reajuste excessivo das taxas cobradas pela União por uso ou ocupação dessas terras e a causa foi ganha. Para ele, a única solução para o problema é acabar com os terrenos de marinha.

O engenheiro Obéde Pereira de Lima assinalou que, por conta do aumento do nível do mar desde 1831, atualmente os terrenos de marinha, se calculados de acordo com o que determina a legislação, estariam em sua maioria ou

Hoje, se calculados de acordo com a lei, os terrenos de marinha estariam em sua maioria embaixo d'água

ou em áreas de faixas de areia de praias. Ele acusou a SPU de demarcar os terrenos de marinha sem usar cálculos científicos, de maneira

presumida.

Por sua vez, a secretária de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Cassandra Maroni Nunes, defendeu a existência dos terrenos de marinha pela importância arrecadatória, de preservação do meio ambiente e pela defesa nacional. Entretanto, reconheceu que as regras que regem o funcionamento necessitam ser aperfeiçoadas.

Ana Rita (PT-ES) disse ser necessário adequar a legislação vigente para a realidade do Brasil de hoje, mas não concordou com a extinção pura e simples dos terrenos de marinha.

apresentar um substitutivo às propostas, com o objetivo de aperfeiçoar o instrumento, levando em conta as sugestões e críticas das diversas partes envolvidas.

São considerados terrenos de marinha toda a faixa distante 33 metros da água do mar, de acordo com medidas das médias das marés realizadas em 1831. Em algumas cidades brasileiras, ruas inteiras se encontram em áreas que foram aterradas e, dessa forma, são terrenos de marinha e os ocupantes são obrigados a pagar taxas anuais à Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

O vice-prefeito de Aracaju,



Anibal (C), vice-presidente da CCJ, conduz audiência sobre terrenos de marinha

Definição de áreas vem dos tempos de colônia

Tanto a Coroa portuguesa quanto o Império brasileiro basearam a criação dos terrenos de marinha em interesses econômicos (exploração do sal e da pesca, além de controle sobre a entrada de mercadorias) e, de forma mais sutil, em questões de segurança nacional.

Sem paralelo no mundo, o conceito legal de terreno de marinha tem origem em ordem régia de 1710, do então

rei de Portugal, dom João V. Esses terrenos seriam exclusivamente para "regalia real". Um século depois, aviso real de dom João VI definia, em relação à colônia brasileira, os parâmetros dos terrenos de marinha, que permanecem, ainda hoje — passados mais de dois séculos —, como as medidas em vigor. A regulamentação do assunto foi feita por meio do Decreto-Lei 9.760/1946.

Sugestões para financiamento da saúde serão apresentadas em 90 dias

Comissão, que ontem aprovou plano de trabalho proposto pelo senador Humberto Costa, vai realizar cinco audiências sobre o tema

A COMISSÃO TEMPORÁRIA destinada a propor soluções para o financiamento do sistema de saúde do Brasil aprovou ontem o plano de trabalho proposto pelo relator, Humberto Costa (PT-PE). Estão previstas cinco audiências públicas para discutir os problemas relacionados à saúde pública.

As audiências servirão para subsidiar o relatório final e as prioridades de abordagem do relator serão: detectar os principais problemas do sistema de saúde; avaliar os déficits de investimento e custeio da saúde e a forma de alocação dos recursos, bem como as deficiências no atendimento à saúde, especialmente a disponibilidade de leitos em hospitais; e discutir sistemas de saúde de outros países.

Para a primeira audiência, serão convidados representantes do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde. A segunda contará com representantes dos conselhos



Davim (E) é o vice-presidente e Vital, o presidente da comissão temporária, criada a partir de pedido de Humberto (D)

de secretários estaduais e municipais de Saúde. Os Ministérios do Planejamento e da Fazenda e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada participarão da terceira audiência. Os representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar e da Federação Nacional de Saúde Suplementar estarão presentes na quarta audiência. Na quinta audiência, serão convidados representantes das categorias profissionais da área da saúde.

Humberto pretende mostrar os valores gastos atualmente

pelos setores público e privado de saúde em cada estado e o modo de alocação dos recursos. O relatório, destacou o senador, apresentará alternativas para aumentar os gastos com saúde e propostas de gestão para otimizar a aplicação dos recursos.

Legislação

Ele disse que a comissão temporária vai interagir com a comissão similar da Câmara para discutir o sistema de saúde previsto na Constituição. Para isso, ressaltou, serão

avaliados todos os projetos de lei sobre saúde que tramitam no Congresso.

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Waldemir Moka (PMDB-MS), informou que na próxima quarta-feira chega a Brasília o movimento nacional que recolhe assinaturas para propor projeto de lei prevendo a aplicação em saúde de 10% do Orçamento da União. Moka sugeriu que a comissão temporária apoie a mobilização e apresente propostas, especialmente no que se refere à indicação das fontes de financiamento da saúde.

Na opinião do vice-presidente da comissão temporária, Paulo Davim (PV-RN), os atuais recursos disponíveis para a saúde são insuficientes. O parlamentar recomenda que o colegiado trabalhe de maneira pragmática e “não se perca em devaneios” para responder a uma das principais reivindicações da sociedade: a qualidade no atendimento à saúde.

Viana quer rapidez para o Supersimples Doméstico

Jorge Viana (PT-AC) defendeu ontem em Plenário a aprovação urgente pelo Congresso de um sistema simplificado

para recolhimento dos encargos da contratação de empregados domésticos, tal como o regime simplificado de tributação — conhecido como Supersimples — que atualmente permite às micros e pequenas empresas pagarem diversos tributos por meio de uma guia única.

— Eu pretendo dar a minha contribuição e acho que nós temos que fazer isso rápido, ainda em abril, porque se formos esperar dois, três meses para regulamentarmos essa emenda [das Domésticas], ela pode se transformar num conjunto de problemas Brasil afora — disse o senador.

Taques: empregador também é parceiro no resgate de direitos

Pedro Taques (PDT-MT) afirmou ontem ser necessário dar condições para que os empregadores domésticos cumpram a Constituição, de forma a garantir os direitos dos empregados.

— O empregador doméstico também é um cidadão, um trabalhador que tem de ser visto como parceiro neste resgate de direitos — disse.

O parlamentar pretende requerer debate conjunto das Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais com o ministro do Trabalho, Manoel Dias. Taques sugeriu que a comissão mista que regulamentará a Constituição, da qual é membro, comece o trabalho pelos direitos dos empregados domésticos.



Paciente é transferida de hospital em Brasília: debates no Senado vão analisar os principais problemas da rede pública

Lopes lembra os dois anos da morte de José Alencar

Eduardo Lopes (PRB-RJ) homenageou na quarta-feira o ex-vice-presidente José Alencar, cuja morte completou dois anos em 29 de março. No pronunciamento, Lopes descreveu a trajetória e a vida política do colega de partido e luta dele contra o câncer.

O senador lembrou a infância pobre de José Alencar em Minas Gerais e a

transformação em grande empresário que, mesmo sem formação acadêmica, dava lições de administração para outros homens de negócios. Para o senador, o ex-vice-presidente deu um exemplo de amor à pátria quando decidiu se dedicar à política.

— Fazendo política, José Alencar influenciou decisivamente nos rumos do Brasil, deu

significativa contribuição para que o país adentrasse uma nova era de crescimento sustentável e de justiça social.

Lopes também elogiou a atuação de Alencar à frente do Ministério da Defesa. Segundo o senador, ele foi fundamental para tranquilizar o setor, que, àquela época, enfrentava uma crise nas relações entre civis e militares.



Lopes enaltece a biografia do ex-vice-presidente da República

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Marcos Oliveira / Agência Senado



Diretora da Campanha do Milênio, Corinne Woods apresenta resultado da pesquisa ao lado das senadoras Ana Rita (3ª à dir.) e Lídice da Mata e do deputado Jean Wyllys

Comissão ouve jovens sobre objetivos do milênio

Pesquisa do Unicef indica prioridades na opinião de pessoas com menos de 35 anos. No Brasil, os temas mais citados são educação de qualidade, governo honesto e melhoria dos serviços de saúde

JOVENS BRASILEIROS ACHAM que as prioridades do país devem ser educação de qualidade, governo honesto e saúde. Mais de 8 mil pessoas com menos de 35 anos responderam a enquete da Campanha do Milênio, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que ontem foi tema de debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Os três temas escolhidos fazem parte de uma lista de 16 objetivos do milênio levantados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a

agenda de desenvolvimento global a partir de 2015. A diretora da Campanha do Milênio, Corinne Woods, começou pelo Brasil a visita a vários países para ouvir jovens. Na audiência pública, que Ana Rita (PT-ES) presidiu, estiveram 42 adolescentes de escolas públicas do Distrito Federal e de Goiás. Alguns adolescentes puderam dizer qual objetivo consideram prioritário e relatar a realidade deles. Corinne elogiou a iniciativa da audiência, requerida por Lídice da Mata (PSB-BA),

que coordena a Frente Parlamentar Mista dos Direitos da Criança e do Adolescente. — Fazer audiências públicas para discutir essas questões é sinal de grande democracia, que não vive apenas no dia em que se vota, mas em todos os dias — disse Corinne. A diretora da Campanha do Milênio pediu que todos votassem na página www.myworld2015.org, onde estão os 16 objetivos do milênio. Até o momento, mais de 250 mil pessoas, de todo o mundo, participaram da enquete.

Prioridades

Como votaram 8.252 pessoas no Brasil com menos de 35 anos

1	Educação de qualidade
2	Governo honesto e atuante
3	Melhoria dos serviços de saúde
4	Proteção a florestas, rios e oceanos
5	Proteção contra o crime e a violência
6	Acesso a água potável e a saneamento
7	Eliminação do preconceito e da discriminação
8	Acesso a alimentos de qualidade
9	Igualdade entre homens e mulheres
10	Melhoria nos transportes e estradas
11	Melhores oportunidades de trabalho
12	Combater as mudanças climáticas
13	Liberdades políticas
14	Acesso ao telefone e à internet
15	Acesso à energia em casa
16	Apoio às pessoas que não podem trabalhar

Fonte: www.myworld2015.org

Adolescentes destacam educação durante a audiência

Adolescentes presentes à audiência ressaltaram a meta da educação de qualidade. — A educação liberta, dá uma possibilidade de a pessoa ascender na sociedade, ter um bom emprego, ser feliz — disse Paulo Henrique Alves, de 16 anos, que estuda na Escola

Paulo Freire, em Brasília. Lucas Daniel, de 17 anos, do Paranoá (DF), também defendeu a educação. — Educação de qualidade não é só ensinar matemática e português, mas também respeito às pessoas — afirmou. O quilombola Walissis Braga

defendeu a eliminação do preconceito como prioridade. — A discriminação às vezes não é visível, mas deixa marca. Corinne disse que vai levar o que ouviu à ONU e às reuniões com o governo nos dois dias que vai passar no Brasil. Para Lídice, é preciso acabar

com a discriminação, principalmente contra os negros. — Estamos convivendo com uma verdadeira guerra contra a juventude negra. Silenciosa, terrível e permanente — disse. Os deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Erika Kokay (PT-DF) ressaltaram as metas de educação de qualidade e de eliminação do preconceito. — É fundamental que uma educação de qualidade leve em conta, por exemplo, o *bullying*. Aí essa meta se articula com outra, a da eliminação do preconceito — disse Wyllys. Erika ressaltou que impedir a expressão do afeto desumaniza o homem. — Eliminação do preconceito tem que ser tema central da agenda nacional — afirmou.

Marcos Oliveira / Agência Senado



Estudantes participam da audiência e demonstram interesse na educação de qualidade como meta do milênio

Estatuto da Juventude deve ser votado na quarta-feira

O Estatuto da Juventude (PLC 98/2011), que garante direitos para as pessoas de 15 a 29 anos, será votado em Plenário na próxima quarta-feira. Os senadores aprovaram ontem regime de urgência para a tramitação da proposta. A votação só foi possível devido a um acordo entre as lideranças partidárias da Casa. O presidente da Comissão

de Assuntos Sociais (CAS), Waldemir Moka (PMDB-MS), ressaltou que dará tempo para as lideranças juvenis se organizarem para acompanhar a votação em Plenário. Na última quarta, o estatuto foi aprovado na CAS depois que os senadores chegaram a um consenso sobre os temas mais polêmicos. O benefício da meia-entrada para eventos

culturais, artísticos e esportivos ficou garantido somente a jovens estudantes ou comprovadamente carentes. Uma regulamentação específica tratará da Copa das Confederações, da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. A proposta final exige renda familiar de até dois salários mínimos para que o estudante tenha direito à gratuidade

ou desconto em viagens interestaduais. Foi retirada a obrigatoriedade de o poder público promover programas artísticos e culturais voltados aos jovens nas emissoras de rádio e televisão e demais meios de comunicação de massa. A promoção dos programas, no entanto, foi incluída como competência do poder público.

Ana Rita exalta Secretaria da Igualdade Racial

Ana Rita (PT-ES) registrou, na quarta-feira, os dez anos de criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, instituída em 21 de março de 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.

— Quero aqui destacar que a criação da secretaria é parte da reivindicação histórica do movimento negro brasileiro e marca um momento singular da história do nosso país, em que o Estado altera profundamente o trato com relação à questão racial e assume o compromisso de tratar com a devida atenção e responsabilidade esse tema — disse. Entre as ações da secretaria, Ana Rita destacou a contribuição na elaboração da Lei 10.639/2003, que estabelece o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira; na formulação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, em 2006; no Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010); e na Lei 12.711/2012, conhecida como Lei das Cotas.

Sodré Santoro lamenta números do crack no país

O número de dependentes de crack espalhados pelo país é “alarmante”, disse Sodré Santoro (PTB-RR). De acordo com pesquisa realizada pela Universidade Federal de São Paulo, de 2,3 milhões de pessoas que experimentaram a droga no último ano, 442 mil são crianças e adolescentes.

O senador ressaltou a precária rede de atendimento, acolhimento e tratamento dos dependentes de crack no Brasil. — Em todo o país, são apenas 310 centros de atenção psicossocial especializados na questão das drogas e do alcoolismo, além de 59 unidades de acolhimento e 4.240 leitos em hospitais — afirmou.

O senador comemorou, no entanto, o anúncio da ampliação do Programa Crack, é Possível Vencer, lançado pelo governo federal em 2011, que vai passar a atender também cidades com menos de 200 mil habitantes.



Waldemir Barreto / Agência Senado

Ministro das Relações Exteriores cita entrada da Venezuela para apontar vigor do bloco comercial sul-americano, enquanto União Europeia enfrenta evasão de países

Patriota reconhece problemas com Argentina, mas aposta no Mercosul

O COMÉRCIO COM a Argentina tem desempenho “bem menos” do que satisfatório, disse ontem o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. Apesar de reconhecer problemas com o principal parceiro econômico do Brasil no Mercosul, ele tentou tranquilizar os senadores da Comissão de Relações Exteriores (CRE) sobre o bloco, integrado também por Uruguai, Venezuela e Paraguai (suspensão).

Segundo Patriota, o Mercosul vem dando demonstrações de vigor com a entrada da Venezuela, o interesse da Bolívia em aderir ao bloco e a intenção de Guiana e Suriname de se tornarem membros associados. Ele comparou o Mercosul à União Europeia, que enfrenta problemas.

— Enquanto há países querendo sair da União Europeia, no Mercosul o interesse é no sentido contrário — ressaltou.

O chanceler brasileiro lembrou que o Mercosul abrange 72% do território sul-americano e 83% do produto interno bruto (PIB) do subcontinente. Nos últimos 20 anos, o volume



Márcio Kalkau/Agência Senado

Ministro lembra entrada da Venezuela e interesse de Bolívia, Guiana e Suriname

de comércio evoluiu de US\$ 4 bilhões para US\$ 58 bilhões.

Um exame detido nas relações com a Argentina, na avaliação de Patriota, revela “áreas problemáticas”, como os indícios de desvio de comércio naquele país, em benefício de nação não integrante do Mercosul. O ministro evitou mencionar o país supostamente beneficiado, mas empresários brasileiros denunciaram o

oferecimento, pela Argentina, de uma série de vantagens comerciais à China.

Segundo Patriota, o desvio de comércio para favorecer países não membros do Mercosul deve ser examinado com o máximo de seriedade. Além disso, conforme disse o ministro, setores como os de calçados e têxteis enfrentam medidas restritivas de Buenos Aires, que teriam contribuído

para a redução de 74% do superávit que o Brasil tinha no comércio entre os dois países, entre 2011 e 2012.

Paraguai

Respondendo a questionamento de vários senadores, o ministro disse que as eleições presidenciais paraguayas, previstas para o próximo dia 21, poderão abrir caminho para a reincorporação do país ao Mercosul. O Paraguai foi suspenso do bloco em junho do ano passado, após o impeachment do então presidente Fernando Lugo. Como a suspensão foi uma decisão coletiva, segundo o ministro, a revogação também o será, dependendo da avaliação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Patriota afirmou que “uma clara melhoria da posição negociadora” das nações da América do Sul, em decorrência do crescimento econômico, vem contribuindo para a retomada dos entendimentos com vistas à integração do Mercosul com a União Europeia, que estavam estagnados.

Ana Amélia manifesta apoio ao retorno do Paraguai ao bloco

Em pronunciamento no Plenário ontem, Ana Amélia (PP-RS) destacou a declaração do chanceler Antonio Patriota, durante audiência na CRE, indicando a possibilidade de reincorporação do Paraguai ao Mercosul e à União das Nações Sul-Americanas (Unasul) depois das eleições presidenciais de 21 de abril.

Na avaliação de Ana Amélia houve um equívoco da diplomacia brasileira no apoio à retirada do Paraguai do bloco econômico quando do impeachment do então presidente Fernando Lugo, em junho do ano passado.

— Não se pode julgar internamente um país, estaríamos ferindo a soberania interna do Paraguai — disse.

A parlamentar afirmou que o processo eleitoral deve abrir espaço para que o Paraguai retome, “de fato e de direito”, a integral participação dentro do mercado comum.

Ana Amélia exaltou ainda a candidatura do embaixador Roberto Azevêdo ao cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ferraço comemora convenção sobre controle de armas

Na abertura da reunião da CRE ontem, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) considerou histórica a aprovação, na terça-feira, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de um tratado sobre a exportação e a importação de armas convencionais.

A decisão obriga os países da ONU a criarem sistemas nacionais para controlar a venda de armas e veda o comércio, caso o Estado tenha informações de que os produtos serão usados em violações dos direitos humanos.

Firmeza no caso dos torcedores presos na Bolívia

Patriota negou que o governo esteja agindo sem firmeza no caso dos 12 torcedores do Corinthians presos na Bolívia desde fevereiro. Eles respondem pela morte de um torcedor boliviano, atingido por sinalizador num jogo da Taça Libertadores.

O presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), visitou os torcedores semana passada. Ele reconheceu o esforço da missão diplomática na assistência aos brasileiros, mas apontou má vontade das autoridades bolivianas. Disse que não existe no processo evidência da participação dos brasileiros e relatou preocupação com a integridade física numa prisão superlotada, com criminosos perigosos.

O ministro informou que os advogados estão tentando um habeas corpus, com

a possibilidade de conversão em prisão domiciliar. Respondendo a Alvaro Dias (PSDB-PR), assegurou que não há “afrouxamento”.

— O que pode haver é uma certa reserva em compartilhar publicamente, porque isso em nada contribuiria para proteger os brasileiros ou para acelerar

o desenlace que todos nós desejamos — afirmou o ministro.

Patriota pediu prudência na associação do caso dos corintianos com a situação do senador boliviano de oposição Róger Pinto Molina, asilado desde o ano passado na embaixada do Brasil na Bolívia. Na opi-

nião de alguns senadores brasileiros, o governo da Bolívia estaria usando os torcedores como objeto de barganha política em busca do cancelamento do asilo de Molina. Sérgio Petecão (PSD-AC) citou rumores de que a Bolívia utiliza os brasileiros presos como “moeda de troca” por Molina.

Questionado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o chanceler disse que o caso de Molina é mantido sob sigilo pelo governo brasileiro, mas há conversas com autoridades bolivianas em busca de um salvo-conduto. Patriota justificou as restrições a visitas ao senador boliviano com base em acordos internacionais. Segundo ele, a embaixada brasileira mantém acesso de familiares, advogados e médicos, como recomendam as práticas de asilo diplomático.



Adriano Kalkau/Agência Senado

Ferraço (D) visitou senador boliviano asilado na embaixada do Brasil em La Paz

Ministro nega interferência no caso da empresa Jurong

Em resposta a Ferraço, Patriota negou durante a audiência que tenha havido interferência do embaixador do Brasil em Cingapura, Luis

Fernando Serra, na disputa por investimentos da empresa cingapuriana Jurong.

Segundo o senador, o diplomata brasileiro teria

trabalhado a favor do estaleiro do empresário Eike Batista, no Rio de Janeiro, e tentado demover Jurong de investir na construção de um estaleiro no

Espírito Santo. O ministro, no entanto, negou que tal interferência de caráter comercial tivesse sido promovida pelo embaixador brasileiro.